

A mobilidade social revisitada

Sérgio Grácio

Resumo: Neste artigo pretende-se demonstrar até que ponto a legitimidade científica de um objecto como a mobilidade social, e a forma de a conceber, estiveram sempre imbricados, de modo por vezes surpreendente, na discussão sobre as classes sociais e a estratificação social. Seguidamente analisa-se o debate sobre a mobilidade, nomeadamente aquele que se desenvolve em torno da distinção entre uma mobilidade estrutural e uma “verdadeira” mobilidade, e o seu contributo para um progresso muito significativo no estudo deste conceito. Desta forma foi possível obter resultados empíricos acerca dos fenómenos de mobilidade social em larga medida inesperados, e muito relevantes para caracterizar determinados aspectos da mudança cultural e social nas nossas sociedades

Palavras-chave: Mobilidade social; Estratificação social; Mudança social

Introdução

Os estudos sobre a mobilidade social, que haviam florescido sobretudo na sociologia americana durante os anos 50 e 60, e ainda pela primeira metade dos anos 70, tornaram-se de então para cá um domínio residual da investigação. Sucedeu o mesmo, de modo porventura ainda mais acentuado, com os estudos sobre as classes sociais e a estratificação social, que tinham alimentado um largo debate de natureza essencialmente teórica, no qual estava aliás em jogo uma parte extremamente importante do debate teórico sociológico mais genérico.

A controvérsia sobre as classes e a estratificação tinha dado a estas noções o estatuto de objectos em si mesmos, centrais para a definição da natureza das nossas sociedades e do perfil dominante das suas estruturas sociais. As próprias sociologias especializadas, sobretudo no caso da sociologia europeia, eram amplamente atravessadas por toda esta refle-

xão, que por vezes tinha um papel estratégico na construção dos seus domínios de investigação.

Mas também aqui se evoluiu rapidamente para dar àquelas noções um outro estatuto, o de meros conceitos auxiliares, com um papel mais ou menos relevante nas constelações conceptuais de objectos diversos. Isso não implicou necessariamente a sua utilização acrítica, sem qualquer preocupação de fundamentar devidamente as escolhas realizadas no trabalho empírico, fazendo tábua rasa do amplo e rico debate anterior. Contudo não há dúvida de que a trilogia classes-estratificação-mobilidade social havia definitivamente perdido a centralidade na discussão e investigação sociológicas.

Deve necessariamente deixar-se aqui como nota que a sociologia portuguesa constitui muito provavelmente e até um certo ponto um caso à parte neste panorama. A sua história relativamente recente, e relativamente à margem dos principais centros de produção internacionais, imprimiram-lhe traços específicos, como assinalou José Madureira Pinto (1993). Trabalhos como os de João Ferreira de Almeida (1986), António Firmino da Costa (1985, 1987) ou Maria Manuel Vieira (1993) são testemunho da plena validade da construção de objectos empíricos centrados nos conceitos de classe e de mobilidade social. Mostram também como é possível renovar o debate teórico sobre as classes através de uma discussão actualizada e de alcance genérico, mobilizando algumas das mais importantes questões e alternativas da análise sociológica.

Nos desenvolvimentos seguintes procuramos mostrar como a legitimidade científica de um objecto como a mobilidade social, e a maneira de a conceber e abordar, estiveram desde sempre estreitamente entrelaçadas, de modo por vezes surpreendente, com o debate sobre as classes sociais e a estratificação social. Em seguida dá-se conta de como o debate sobre a mobilidade, em especial o debate à volta da distinção entre uma mobilidade estrutural e uma «verdadeira» mobilidade, acabou por conduzir a importantes progressos metodológicos no seu estudo.

Trata-se de progressos que permitiram obter resultados empíricos acerca dos fenómenos de mobilidade social em larga medida inesperados, e muito relevantes para caracterizar determinados aspectos da mudança cultural e social nas nossas sociedades. E isso acontece não obstante algumas tentativas orientadas para essa caracterização ignorarem aqueles resultados, pelo que, sustenta-se, o seu teor amplamente teórico e mesmo ensaístico poderia ser proveitosamente transformado em programas de investigação empírica.

O estudo da mobilidade social: um panorama multifacetado

O conceito de uma estrutura social essencialmente estratificada, e não marcada por uma divisão classista, incitava e dava plena legitimidade aos estudos sobre a mobilidade social. Quando a distribuição das posições tem lugar quase num *continuum*, é favorecida a circulação dos indivíduos de umas posições para as outras (Cuin, 1993: 88-91). Circulação que tem aliás um carácter eminentemente necessário e, logo, funcional, uma vez que realiza o ajustamento das características individuais aos requisitos ligados às posições, o mesmo é dizer, do conjunto da oferta individual à procura societal.

A teoria bem conhecida de Kingsley Davies e Wilbert Moore sobre a estratificação social (Almeida, 1986: 55-7) foi amplamente discutida nos anos cinquenta e no princípio dos anos sessenta. Postulava o duplo ajustamento entre a diversidade e desigualdade das condições às necessidades do conjunto e entre a diversidade e desigualdade dos talentos e capacidades individuais e as posições, e pode ser vista como um dos símbolos da afinidade entre a problemática da estratificação e da mobilidade.

Esta tendência desenha-se evidentemente sobretudo na sociologia americana, com nomes cimeiros como Seymour M. Lipset e Reinhard Bendix, bem como Peter M. Blau e Otis D. Duncan. Isto não significa que a dita tendência se desenvolva na linha estrita da ortodoxia funcionalista, e de entre estes dois pares de autores o primeiro até pode considerar-se como menos próximo dela que o segundo. Contudo, existe aqui sem dúvida um fundo problemático comum. Aspectos essenciais - e susceptíveis de validação empírica - do que era mais ou menos peremptoriamente afirmado pelos teóricos do funcionalismo são retomados sob a forma de programas de investigação pelos sociólogos da mobilidade social, movidos por uma vontade de construir dispositivos de investigação empírica orientados para dar uma base sólida à apreciação e discussão das propostas teóricas.

Entre estas não se pode deixar de referir como segundo símbolo da afinidade entre as duas problemáticas as de Talcott Parsons (1964: 95-112, 182-91) sobre a natureza e as bases culturais das nossas sociedades, crescentemente orientadas para padrões universalistas de realização pessoal. A possibilidade de os actores escolherem entre um leque plural de fins é em si mesma valorizada, o que elimina a tradição nas suas escolhas. Em vez de estarem à partida adstritos a estatutos e papeis determinados, os actores estão orientados para modalidades diversas da sua realização pessoal e os resultados das suas acções são apreciados de acordo

com critérios universais, independentes de este ou outro contexto particular. Existe uma forte inibição em imputar uma superioridade genérica, de princípio (ou uma inferioridade de princípio) a uma classe, um papel, um indivíduo. Isso constitui um importante factor simbólico de abertura das sociedades, favorecendo a circulação dos indivíduos entre as posições. Num sistema social deste tipo ganham enorme relevo os papéis profissionais, como sector onde estão mais institucionalizados os valores dominantes.

Compreende-se deste modo que o interesse pela mobilidade social estivesse muito motivado pela preocupação em verificar até que ponto a pintura teórica era ou não confirmada. E, para isso, que melhor instrumento de validação empírica do que a tabela de mobilidade intergeracional? Os actores estão orientados para a realização profissional, as sanções que recaem sobre as suas acções são de carácter equitativo e não comandadas pelo arbitrário particularista. Vejamos então qual o grau de dependência entre os estatutos de origem e os estatutos adquiridos. Se há nações, como parece ser o caso dos EUA, onde os novos valores estão mais difundidos, são de esperar aí fluxos de mobilidade social mais importantes...

No seu vasto estudo empírico sobre a mobilidade nos EUA, Blau e Duncan (1978: 430-1) afirmaram que as sociedades industriais são já dominadas por valores universalistas. Os critérios objectivos de avaliação aceites por todos minaram os padrões particularistas e os juízos intuitivos não susceptíveis de verificação empírica. A crescente interdependência entre os indivíduos e os grupos gerada pela extensão da divisão do trabalho tornou-se a fonte da sua solidariedade orgânica, enfraquecendo os valores particularistas dos grupos que uniam os indivíduos em formas de solidariedade mecânica. O facto de haver nos EUA uma orientação materialista e altos padrões de vida favorece a redução das distinções estatutárias, o que constitui um importante incentivo à formação de aspirações de mobilidade ascendente. As relações de deferência são orientadas unicamente por considerações utilitaristas, por exemplo as que se estabelecem entre o perito profissional e os seus clientes. A interacção entre os membros dos estratos altos e baixos nos EUA tem um cariz menos discriminatório do que em outras sociedades industriais, não obstante as diferenças em bem estar e em poder não serem menores nos EUA.

Uma discussão importante em Blau e Duncan (*Idem*: 432-7) respeita a certas conclusões de trabalhos de Lipset e Zetterberg (1966: 567-70), elaboradas a partir da comparação entre estudos empíricos existentes à data sobre fluxos de mobilidade nos EUA e em 8 países europeus. A comparação não mostrou diferenças assinaláveis nas taxas de mobilidade

ascendente entre os EUA e a Europa. Isto apesar de ser plausível, segundo Lipset e Zetterberg, que os valores predominantes nos EUA incitem mais os americanos a fazer planos de longo prazo para adquirir as qualificações necessárias à ascensão. Blau e Duncan argumentam que a preocupação em assegurar a comparabilidade levou os dois autores a não utilizar categorias suficientemente desagregadas. Reduzindo o número de países mas utilizando categorias mais adequadas verifica-se que relativamente a outros países industriais os EUA estão à frente para os ingressos na classe alta provenientes quer do operariado quer da classe média. A vantagem manter-se-ia mesmo depois de uma tentativa (rudimentar) de levar em conta o volume relativo das categorias.

Num outro conjunto de autores encontramos um interesse pelo estudo e pela reflexão sobre a mobilidade social muito menos dependente da concepção funcionalista da estrutura social e das preocupações e interrogações que lhe estavam associadas. No caso de Joseph Shumpeter isso não seria aliás possível, dada a anterioridade histórica das suas propostas relativamente às dos funcionalistas.

Dois subconjuntos devem aqui ser distinguidos. Num primeiro, onde incluímos Shumpeter, Ralph Dahrendorf e, numa versão mais fraca, Anthony Giddens, a reflexão sobre o conceito de classe social deve necessariamente incluir como elemento estratégico os fenómenos de mobilidade social. Combinando uma perspectiva accionalista com uma atenção sistemática à dimensão temporal dos fenómenos sociais, Shumpeter (1984) concebe de maneira indissociável os processos de estruturação em classes e de mobilidade social. O verdadeiro membro da classe social não é o indivíduo mas a família, no sentido de linhagem, uma vez que a pertença do indivíduo à classe depende da família. Utilizando abundante informação histórica, sobretudo sobre as classes altas, e valendo-se da extensão temporal, o autor procura mostrar como a aquisição de uma posição por uma família raramente se deve ao acaso. As famílias desenvolvem estratégias para adquirir e gerir posições, sendo aqui crucial a mobilização de capacidades e de talentos determinados. Consoante o período de tempo em análise, as características dos diversos contextos que aí encontramos e as condutas das famílias, estas «passam» pelas classes mais ou menos demoradamente.

E aqui o autor enuncia a metáfora célebre: «uma classe pode ser comparada, enquanto dura a sua vida colectiva (...) a um hotel ou um autocarro sempre cheio, mas sempre cheio com gente diferente» (*Idem*: 183). Mas a distinção, inerente à metáfora, entre actores e estruturas, é um exercício meramente provisório e destina-se a melhor destacar um aspecto dos processos em jogo - o da circulação dos indivíduos pelas

posições. Na realidade Shumpeter concebe as estruturas sempre como resultado da acção humana, de tal modo que a própria estrutura de classes corresponde «em última análise» a diferenças de aptidão. As posições relativamente cristalizadas que em dado momento constituem a estrutura de classes foram criadas e conquistadas por condutas sociais implicando aptidões diferentes, naturais ou adquiridas. Neste último caso, por exemplo, a partir da herança familiar.

Nenhum outro autor propõe uma tão estreita imbricação entre os processos de estruturação em classes e de mobilidade social. Embora Shumpeter não tenha apontado todas as consequências da sua proposta, podemos seguramente afirmar de acordo com ele que o processo de conjunto é duplo: implica simultaneamente a criação (e a destruição) de posições e a circulação entre as posições. E implica também a interacção entre essa criação e essa circulação, uma vez que a mobilidade social é constitutiva das classes e estas por sua vez, em virtude do seu volume e dos recursos dos seus membros, condicionam a mobilidade. A mobilidade social é constitutiva das classes porque pode estar associada à criação de posições (o negócio bem sucedido) e porque tem a ver com o recrutamento social das classes, logo com a maior ou menor homogeneidade cultural e ideológica no interior de cada uma delas.

A perspectiva assim desenhada parece-nos particularmente interessante. Abre caminho para superar algumas limitações inerentes quer ao estudo das classes quer ao da mobilidade e que resultam no essencial da concepção, tendencialmente reificante, da estrutura social como um dado de partida da análise (a distribuição estatística produzida por uma corte sincrónico, ou por uma sucessão de cortes sincrónicos), não como o resultado de um conjunto de processos, e que por vezes, numa espécie de efeito da técnica utilizada sobre a teoria, pode conduzir a investigação pelos caminhos de um estruturalismo involuntário e não controlado. Basta pensar, por exemplo, que os processos de criação de posições podem ter lugar em quadros institucionais definidos (empresas e organizações de tipo diverso) e como a concepção e implementação de um «posto de trabalho» implicam de imediato a concepção das características dos agentes destinados a ocupá-lo, logo das condições de acesso à posição. O próprio desempenho do papel profissional em questão poderá diferir consoante os recursos e outras características do actor, que contribuirá assim para a definição da posição (incluindo a sua dimensão estatutária).

Sustentámos em outro local (Grácio, 1996) que a divisão entre disciplinas (sociologia, economia do trabalho e do emprego, história ...) e no interior das disciplinas (sociologia das classes e da mobilidade social, sociologia da família, sociologia das organizações ...) desfavorece uma

concepção articulada do conjunto dos processos aqui em jogo e, daí, uma maior inovação problemática e nos programas de pesquisa (exemplarmente presente na colectânea organizada por Ronald L. Breiger 1990).

Também para Dahrendorf (1976) e Giddens (1974) o conhecimento dos fenómenos de mobilidade e de estruturação em classes só tem a ganhar se os pensarmos nas suas articulações recíprocas. Mas o ângulo sob o qual é encarada a articulação é aqui diferente. Segundo Dahrendorf (1976: 68-9, 108-9, 315) os valores de realização correspondem hoje à virtude cardeal dos cidadãos das sociedades industriais. Os critérios de adscrição estatutária haviam sido um obstáculo à exploração sistemática dos recursos, materiais e humanos. A partir da empresa a valorização e a recompensa do *achievement* difundiram-se por toda a sociedade. «Por isso a sociedade industrial necessita de um mínimo - senão de um máximo - de mobilidade social» (*Idem*: 69). Mas não é esta a única razão pela qual a mobilidade é funcional: 'ela torna as classes mais heterogéneas e isso por sua vez torna-as menos coesas e aguerridas, reduzindo o conflito de classe. O aumento da mobilidade social desenvolve o egoísmo dos pequenos grupos e das famílias, desvia da luta colectiva e incita à competição individual por um lugar ao sol, o que contraria a formação da consciência de classe. A esperança de que os filhos possam atingir as posições que se foi incapaz de alcançar é dos sentimentos mais difundidos nas sociedades pós-industriais.

Embora Giddens dê à mobilidade muito menos importância do que Dahrendorf, concede sem qualquer dificuldade que ela deve ser levada em conta na reflexão sobre as classes sociais, num sentido bastante próximo do de Dahrendorf. Para Giddens (1974: 107) a ausência ou fraqueza da mobilidade reforça a identidade da experiência social de geração para geração, o que, ao lado da proximidade da condição económica dos membros das classes sociais, contribui para a estruturação em classes.

Outros autores apresentam como traços comuns o facto de os seus contributos serem posteriores às propostas daqueles que poderíamos designar como a primeira geração - após a segunda guerra mundial - de estudiosos da mobilidade (Lipset, Bendix, Zetterberg, Blau e Duncan). Caracterizam-se também pelo seu interesse genuíno pela mobilidade social, a importância dos investimentos que realizaram na sua análise, a utilização criteriosa do conceito de classe nos estudos empíricos que dedicaram à mobilidade e a sua desafeição por certos aspectos da problemática tecida à volta das noções do *universalism/achievement* dos seus predecessores.

John H. Goldthorpe (1987) é o nome cimeiro deste conjunto, enquanto Robert Hauser e David Featherman (1977), que inovaram decisivamente

te no tratamento da informação dos inquiridos de mobilidade, representam de certo modo, quer na sucessão temporal dos trabalhos, quer na orientação, a ponte entre a primeira e a segunda geração. Goldthorpe (*Idem*: 27-31), no seu trabalho sobre a mobilidade social na Grã-Bretanha, de dimensão semelhante ao de Blau e Duncan sobre os EUA, distancia-se destes autores assim como de Lipset, Bendix e Zetterberg, discutindo os tipos de motivação, incluindo a dele próprio, na origem dos estudos de mobilidade. No seu entender estes aspectos devem ser claramente assumidos pelos cientistas sociais. O seu interesse pela igualdade de oportunidades, esclarece, nada tem a ver com preocupações de estabilidade ou de legitimidade da ordem social. Trata-se antes de ver como certas características da estrutura social impedem muitos indivíduos de realizar plenamente as suas potencialidades como cidadãos e seres humanos. Admitem que a desigualdade de oportunidades e a desigualdade de condições apenas possam ser substancialmente reduzidas em simultâneo, mas rejeitam que em matéria de justiça social apenas conte a igualdade de condições. Iroshi Ishida (1993), autor de um dos raros estudos recentes sobre mobilidade social, comparando os casos do Japão com o da Grã-Bretanha e o dos EUA, partilha integralmente esta orientação.

Daniel Bertaux, Pierre Bourdieu e Nicos Poulantzas são autores pouco propensos a dar aos estudos sobre mobilidade social plena legitimidade científica, além de partilharem uma concepção classista da estrutura social. Mas apesar desta proximidade, Poulantzas distingue-se de Bertaux e de Bourdieu pela sua rejeição liminar da problemática da mobilidade, que praticamente não ocupa lugar nos seus trabalhos (embora não tão completamente como o próprio teria desejado, como veremos a seguir). Com efeito Bertaux acaba por discutir amplamente o significado dos inquiridos de mobilidade, enquanto Bourdieu serve-se da informação recolhida por esses inquiridos para a caracterização das classes.

Este último autor (1979: 124-38) utiliza abundantemente a noção de trajectória social (unindo a origem social à posição ocupada em um momento determinado), na caracterização das disposições e práticas dos membros da classe social. A relação entre uma prática e a origem social resulta da socialização familiar e das condições originárias de existência e também da trajectória social. O efeito da trajectória obscurece em larga medida a relação entre a classe social e, por exemplo, as opiniões políticas e ideológicas, sobretudo nas classes médias, onde coexistem indivíduos de trajectórias muito diferenciadas. Este ponto de vista inscreve-se na concepção do autor da estrutura social, um espaço a três dimensões, o volume e a estrutura dos capitais dos indivíduos (económico e cultural, sobretudo) e a evolução no tempo destas duas propriedades, expressa

pelas trajetórias passadas e potenciais no espaço social. Isto constitui uma indispensável ruptura com a concepção unidimensional da estrutura social - presente, por exemplo, diz Bourdieu, nos estudos de mobilidade social - e reduzindo tudo a um *continuum* de estratos em abstracto. Mas apesar da proposta e da crítica de Bourdieu, o certo é que para o autor os fluxos de mobilidade são claramente constitutivos das classes sociais, e sob este aspecto ele está extremamente próximo de Shumpeter.

Ao contrário dos autores de inspiração funcionalista, que enfatizavam a amplitude dos movimentos de mobilidade nas nossas sociedades, para Daniel Bertaux (1978) a mobilidade é sobretudo uma miragem - a regra é a herança social. Mas à semelhança desses autores, interessa-se igualmente pela mobilidade em termos da sua inscrição numa lógica de necessidade estrutural de conjunto. Pode até dizer-se que em Bertaux essa lógica é tão ou mais imperativa do que em aqueles autores. Para Bertaux a mobilidade integra um processo mais largo, dito antroponómico, de distribuição e consumo dos seres humanos pela estrutura social das formações capitalistas, no qual os indivíduos são produzidos pelo consumo das mercadorias e consumidos pela produção das mercadorias. Não admira pois que o autor utilize os dados dos inquéritos realizados em França à mobilidade para desvalorizar a suposta importância dos seus fluxos (*Idem*: 236-41). Destaca as fracas oportunidades de ascensão social dos filhos de operários ou a ainda mais diminuta probabilidade de os descendentes das categorias favorecidas se tornarem operários. Contudo, na medida em que Bertaux procura, a partir de esses mesmos resultados, estabelecer fronteiras entre as classes (a categoria dos quadros médios revela-se uma autêntica barreira de classe), deve necessariamente concluir-se: também para ele a mobilidade social desempenha um importante papel na estruturação das classes sociais.

Para Poulantzas (1974: 291) não há tempo a perder com «(...) a inanidade da problemática burguesa da *mobilidade social*». O importante é a reprodução da estrutura de classes, isto é, dos lugares de classe. Mesmo perante uma permuta generalizada entre as classes através das gerações, em que os burgueses se tornassem proletários e estes burgueses, os burgueses pequeno-burgueses e vice-versa, os pequeno burgueses proletários e vice-versa, «nada mudaria no essencial, porque haveria sempre os lugares do capital, da classe operária, da pequena burguesia, etc.». Como Bertaux, desvaloriza os fluxos de mobilidade na base dos inquéritos franceses. Por exemplo, a mobilidade intrageracional dos operários (mesmo a dos operários qualificados) em direcção a posições de técnicos e de engenheiros é exígua, embora admita que em termos de mobilidade intergeracional as coisas já sejam diferentes (*Idem*: 251-2). Não obstante, o autor, na mesma obra (285-8), dá grande relevo às

diferenças entre os fluxos de mobilidade social para caracterizar ideologicamente os membros das classes sociais. Os inquéritos mostram com efeito que a mobilidade intrageracional ascendente na pequena burguesia é muito maior que no operariado. Ora isso tem importantes consequências no plano da formação de uma ideologia de promoção social entre os pequenos burgueses e da afeição destes indivíduos pelas relações de autoridade e de segredo do saber...

Raymond Boudon (1973) tem um lugar à parte no conjunto destes autores: o seu interesse está inteiramente centrado na mobilidade social e é alheio à problemática das classes. A classe é para ele uma noção meramente operativa e auxiliar e não há igualmente da sua parte qualquer preocupação em justificar as escolhas que fez na sua análise para a categorização em classes. A noção é mobilizada porque, é óbvio, não se pode pensar e estudar a mobilidade sem uma qualquer definição da estrutura social. No enfoque de Boudon a mobilidade não tem qualquer papel na estruturação em classes. A análise do autor está sobretudo voltada para os processos a jusante da estrutura social. Trata-se de tentar esclarecer como tem lugar ao longo do tempo a aquisição de recursos para o acesso às posições, e o próprio acesso às posições, embora, claro, os indivíduos em competição tenham origens sociais diversas - que influenciam as suas oportunidades. Como veremos mais adiante, o facto de Boudon ter analisado um segmento dos processos em jogo não o impediu de ter chegado a resultados importantes, e mesmo decisivos.

À procura da verdadeira mobilidade social

Não foram Dahrendorf nem tão pouco os neo-funcionalistas os primeiros a referir o efeito destruturador da mobilidade ascendente nas classes sociais, especialmente o seu efeito negativo sobre as condições favoráveis à acção colectiva dos dominados. Entre os clássicos a intuição já estava presente.

Alexis de Tocqueville (1968: 285-6) observa que nas nações democráticas já não existe uma categoria de ricos de contornos firmes e estáveis: eles «saem cada dia da multidão e aí voltam sem parar». Daí que o povo, ligado «por mil laços secretos à massa dos seus concidadãos, não os pode atingir sem se atingir a si próprio».

Se a afirmação de Tocqueville poderá não surpreender, já o mesmo não sucede talvez com o ponto de vista, de igual sentido, de Karl Marx (1969: 26). Marx comentou a dificuldade da luta política nos EUA, «onde, embora já existam classes, estas não se fixaram, trocando ou permutando

continuamente os elementos que as constituem em um fluxo contínuo», o que, a par do «febril movimento da produção material, que tem um novo mundo para conquistar, não deixa nem tempo nem oportunidade de abolir a velha ordem das coisas». Acrescente-se aliás que este «novo mundo para conquistar» remete para a época da colonização americana, na qual foram frequentes as passagens da condição proletária para a da pequena e média propriedade da terra, num movimento contrário ao que se registava e continuou a registar por muito mais de um século na Europa, e tem lugar ainda de forma acentuada entre nós. Isso prende-se seguramente com o facto de o estatuto social dos agricultores ser mais elevado nos EUA do que em outros países industriais. Christopher Jencks (1990) chama a atenção para a experiência subjectiva da mobilidade, mostrando como um mesmo trajecto pode ser diferentemente interpretado em países com uma história diferente das suas estruturas sociais.

Naquela passagem Marx deixou igualmente sugerido que os fluxos entre as classes dependem largamente do próprio processo de formação das classes e da sua configuração de conjunto. Este aspecto ocupou desde cedo os sociólogos da mobilidade social, que se aperceberam das suas causas estruturais. Max Weber (1966: 27) havia já referido implicitamente aquelas causas, relacionando as suas consequências com a sua distinção entre a estratificação por classes e a estratificação por *status*. Quando há estabilidade na aquisição e distribuição dos bens a estratificação por *status* é favorecida, ao passo que a transformação tecnológica e económica ameaça os grupos de estatuto e atira para o primeiro plano o processo de estratificação em classes.

Lipset e Zetterberg (1966: 565-6) formalizaram com clareza a influência da estrutura social sobre a mobilidade, numa proposta tornada pública em 1956. Segundo eles muita da discussão acerca do grau de abertura das sociedades torna-se confusa por carecer da distinção entre dois processos. O primeiro respeita às mudanças na estrutura de classes. Por exemplo, o aumento da proporção das posições de quadros e profissões técnicas e liberais, e em geral das profissões de «colarinhos brancos», favorece a mobilidade ascendente. A fecundidade reduzida de uma classe também favorece a mobilidade ascendente da respectiva descendência. Podemos aqui acrescentar à proposta dos autores um outro tipo de factor demográfico, relativo à amplitude dos movimentos de saída ou entrada nas categorias, que não tem a ver com a própria mobilidade. Esses movimentos são uma função da estrutura etária das categorias, como no caso das passagens à reforma, e dependem igualmente das migrações internacionais.

O segundo processo abarca toda a mobilidade que não é induzida pela deformação da estrutura de classes e pelos factores demográficos. Essa

mobilidade será necessariamente uma mobilidade de troca, de permuta entre as categorias, na qual, para cada movimento ascendente, terá de haver um movimento descendente.

Por outras palavras, acrescentaríamos também aqui, ou a mobilidade ou tem por origem qualquer transformação na relação quantitativa entre oferta e procura de posições, e corresponde ao primeiro tipo, ou não tem essa origem, e corresponde então ao segundo tipo. Deste modo, o primeiro tipo identifica as causas estruturais da mobilidade social.

Blau e Duncan (1978: 269-71, 430-1) também se referem largamente a essas causas, associando-as aos movimentos migratórios internos, e concebem aliás a sua emergência e a sua acção de acordo com um modelo parsoniano de sociedade, uma vez que no seu ponto de vista a predominância dos valores universalistas é aqui decisiva. Com efeito, a importância dos critérios de eficiência na avaliação social é um incentivo de grande peso para mobilizar muitas energias na inovação tecnológica, a qual promove mobilidade ascendente das posições baixas e declinantes em direcção às posições elevadas e em expansão. A redução dos laços particularistas de parentesco e vizinhança encoraja a emigração para lugares com mais oportunidades, o que favorece a mobilidade ocupacional. Os que não conseguem ascender têm em geral uma prole numerosa junto à qual podem exercer a autoridade que lhes dá o suporte estatutário e as gratificações negadas na esfera profissional. E a fecundidade diferencial daí resultante influencia por sua vez o processo de conjunto.

Repare-se como para Blau e Duncan a prole numerosa é uma consequência do insucesso na ascensão social, o que pressupõe uma discutível difusão maciça e indiscriminada do universalismo, e não simplesmente e muito mais plausivelmente a expressão de uma outra racionalidade, isto é, de uma orientação de vida céptica quanto às oportunidades que à partida se oferecem a quem dispõe de poucos recursos.

Mau grado a sua reserva de princípio para com as questões de mobilidade, Pierre Bourdieu (1979: 145-6) acaba por fornecer um contributo perfeitamente original para o conhecimento do modo como as causas estruturais da mobilidade se tornam eficazes. A sua análise articula entre si as transformações da estrutura social, e as pressões que exercem sobre os indivíduos, às suas respostas estratégicas a essas pressões e ao valor que recebem os seus recursos nas diversas regiões do espaço social, sem esquecer as instituições (lei sucessoral, mercado de emprego, sistema de ensino ...) de suporte àquelas estratégias.

A estrutura do espaço social permite dois tipos de deslocamentos, que «os estudos tradicionais de mobilidade social confundem», afirma Bourdieu. Os deslocamentos verticais, ascendentes ou descendentes, têm

lugar no mesmo sector vertical do espaço - no mesmo campo - como o do professor primário que se torna professor do secundário, ou o do pequeno patrão que ascende a grande patrão. Os deslocamentos transversais são menos frequentes e implicam a passagem de um campo a outro. Podem dar-se no mesmo plano horizontal (o professor primário, ou o seu filho, abre um pequeno comércio), ou em planos diferentes (o professor primário, ou o seu filho, torna-se industrial). Este segundo tipo de deslocamento, na medida em que implica a passagem a um outro campo, corresponde à reconversão de uma espécie de capital em outra, ou de uma subespécie de capital económico ou cultural em outra (da pequena propriedade fundiária ao capital industrial, da cultura histórica ou literária à cultura económica). Dessa reconversão pode depender a salvaguarda do volume global de capital, isto é, da posição na dimensão vertical do espaço social.

O problema de uma mobilidade estrutural tinha sido abordado já na primeira metade dos anos cinquenta por Natalie R. Ramsay (Mizruchi 1976: 259-75). Mas a distinção entre uma mobilidade estrutural e uma mobilidade dita de troca, que não teria essa origem, deve-se como vimos a Lipset e Zetterberg. A ideia de que a amplitude da mobilidade social observada não devia verdadeiramente ser considerada como um indicador da efectiva acção do complexo de valores universalistas e de realização pessoal já se impusera rapidamente. Com efeito, se os dados empíricos disponíveis sugeriam fortemente a importância das causas estruturais da mobilidade, esta perdia de certa maneira o seu carácter de genuína expressão de uma nova era social em acentuada ruptura com os valores e as orientações de outrora.

Por exemplo, um estudo publicado na primeira metade dos anos 60 (citado por Mizruchi 1976: 335-7) comparou o recrutamento social de mil funcionários chineses (meados do séc. XIX) com o de 2500 engenheiros americanos. O ingresso em ambas as categorias requer diplomas escolares elevados. Quase 3/4 dos funcionários provinham da classe alta, contra 40% dos engenheiros, o que aparentemente remete para a oposição entre uma sociedade tradicional «rígida» e uma sociedade moderna «aberta». Ora, segundo o autor, a diferença deve-se quase inteiramente à expansão da classe alta no caso dos engenheiros, expansão ausente no segundo caso. Para perceber como no espírito dos sociólogos germinou a ideia da inautenticidade da mobilidade estrutural basta pensar que esta tem em parte, de certa maneira, um carácter «forçado». Com efeito, se num período determinado aumentar a proporção das posições elevadas de uma estrutura social, uma parte dos ocupantes (ou da sua descendência) das posições situadas abaixo das primeiras terá necessariamente de aceder a

estas. Isto mesmo que não estivessem orientados para a ascensão social: basta terem desejado manter uma ocupação profissional. Não admira deste modo que, por contraste, a existência de uma mobilidade de troca pudessem aparecer como o representante da ascensão e realização dos novos valores.

Desenvolveu-se então todo um conjunto de trabalhos voltados para as técnicas estatísticas de tratamento das tabelas de mobilidade intergeracional, no sentido de poder isolar e dar alguma expressão quantitativa a ambos os tipos de mobilidade. A mobilidade de troca era verdadeiramente aquela cujo peso e contornos se procurava apreender, mesmo quando a solução técnica encontrada era rudimentar e meramente aproximativa. A multiplicação das designações que lhe foram atribuídas - além de mobilidade de troca: mobilidade líquida, voluntária, verdadeira, individual, pura, fluidez social, etc. - é um testemunho indirecto do carácter quase mítico que chegou a ter e da subjacente esperança em poder finalmente, através de métodos que procuravam ser rigorosos, determinar a importância central que teria nas nossas sociedades.

Depois de Natalie Ramsøy houve, nesta direcção, a tentativa de Saburo Yasuda (Cuin, 1993: 126-8), publicada em 1964. A ideia de Yasuda era simples. Pode determinar-se a partir das distribuições marginais das tabelas de mobilidade intergeracional uma mobilidade mínima, de carácter estrutural, necessariamente provocada pela deformação da estrutura social da geração dos pais para a geração dos filhos. A diferença entre a mobilidade observada e a mobilidade mínima será então a mobilidade pura. Houve igualmente a proposta de Bertaux (1969) e a de Boudon (1973: 23-9).

Este último critica Yasuda, entre outras razões porque o índice que ele propõe não tem um intervalo de variação adequado, o que dificulta as comparações. Mas a solução de Boudon é de inspiração muito semelhante. Consiste em definir melhor os parâmetros da mobilidade estrutural, acrescentando à mobilidade mínima uma mobilidade máxima, tal como a primeira autorizada pela deformação da estrutura social e cujo valor é igualmente obtido pela adequada manipulação dos dados da tabela. A mobilidade observada é em seguida situada entre estes dois extremos, de modo a obter um índice que tem a vantagem de variar entre zero e um. Os seus valores estarão tanto mais perto de um quanto mais a mobilidade observada for independente de causas estruturais.

O método de Claude Thélot (1982: 74-9) é um pouco diferente. Dispõe-se dos dados de pelo menos dois inquéritos realizados num mesmo país em momentos suficientemente espaçados. A distribuição da tabela de mobilidade intergeracional do primeiro inquérito é «vertida» na tabela do

segundo inquérito, sob a condição de respeitar as margens desta última. A distribuição fictícia assim obtida tem algo da mobilidade registada pelo primeiro inquérito e, ao mesmo tempo, é afectada pela evolução da estrutura social de pais para filhos registada pelo segundo inquérito. Procura assim formalizar a hipótese segundo a qual entre o primeiro e o segundo inquérito as alterações na mobilidade intergeracional se terem ficado a dever unicamente a causas estruturais. A distribuição fictícia é em seguida confrontada com as distribuições observadas. Isso permite não só ficar com uma ideia de conjunto e quantificada do peso das causas estruturais como ainda ventilar este aspecto categoria por categoria.

De uma maneira geral as estruturas socioprofissionais dos diversos países desenvolvidos e de desenvolvimento intermédio evoluíram no sentido do aumento da proporção das posições mais desejáveis (Blau e Duncan 1978: 86-8; Sarre 1989: 79-84; Briand 1985: 110-3; para Portugal Grácio, 1994: 72-3). Isso tem contribuído para o aumento da mobilidade social, sobretudo da mobilidade ascendente. Blau e Duncan (*Idem*: 103-4) verificaram que houve um aumento regular da mobilidade nos EUA, atestado pelos inquéritos de 1947, 1952, 1957 e 1962. O mesmo mostrou Thélot (1982: 44-53) para a França com base nos inquéritos de 1953, 1964, 1970 e 1977.

O conjunto das transformações sociais e institucionais que têm acompanhado os progressos da mobilidade, por exemplo as que permitiram uma elevação e alteração dos padrões de vida, juntamente com a própria mobilidade, contribuíram sem dúvida, como queriam os sociólogos, para a difusão dos critérios universalistas e dos valores de realização pessoal. O problema era de facto o de saber até que ponto isso tivera uma tradução em termos de uma mobilidade genuína. Lipset e Zetterberg haviam associado tal possibilidade à educação escolar, uma vez que, argumentavam, ela estava ao alcance de todos. Ainda em meados dos anos 60 é reiterada esta crença na educação como um importante factor institucional do incremento da fluidez social (Havighurst, 1965: 107-20). Na sua discussão do confronto de Lipset e Zetterberg entre a mobilidade na Europa e nos EUA, Blau e Duncan (1966: 432) sustentaram que uma das razões da vantagem dos EUA estava nos seus mais elevados níveis de educação.

Atento ao desenvolvimento dos estudos na matéria, Raymond Boudon (1973) irá apresentar a sua própria perspectiva sobre a mobilidade social nas nossas sociedades. O seu ponto de vista é em particular construído contra a metodologia de Blau e Duncan, que critica por estar centrada nos itinerários individuais e ser indiferente à sucessão das oportunidades e constrangimentos que os balizam. Na proposta de Boudon a noção de processo é essencial. Ela permite articular no tempo o modo como se

formam as orientações e os recursos dos indivíduos com as oportunidades que se lhes oferecem, e como estas oportunidades se vão alterando em função das suas próprias orientações. Mas a sua metodologia é porventura ainda mais original do que a sua teoria. Consiste em tirar pleno partido dos resultados da investigação empírica existente à data e de lhes dar, quando necessário, maior alcance, elaborando para isso teorias adequadas. A partir daí trata-se de construir modelos simulados de processos sociais, de acordo com os conhecimentos existentes, de modo a procurar esclarecer aspectos ainda não conhecidos dos processos. A simulação de processos em Boudon corresponde aliás a uma noção de modelo e sobretudo a uma noção da sua utilização nas ciências sociais que é precisamente a mesma que a defendida por René Thom (1985: 159-61) para fazer avançar as ciências naturais.

O núcleo central do trabalho de Boudon (*Idem*: 143-88) tem directamente a ver com a interrogação que entretanto havia ganho uma tão grande importância nos estudos da mobilidade. A interrogação poderia resumir-se da seguinte maneira: a mudança social tem ou não levado a uma institucionalização dos novos valores com reais consequências no destino social dos indivíduos?

Na altura sabia-se já que a expansão escolar nas sociedades industrializadas, espelhando a difusão e a institucionalização dos novos valores, era acompanhada de alguma redução das desigualdades de oportunidades escolares segundo as origens sociais. Não só em cada geração se permanecia mais tempo na escola, como as distâncias entre os níveis de escolaridade das descendências das diversas classes sociais se reduzia um pouco. Embora, é certo, a hierarquia das diferenças tendesse a permanecer estável. A partir daqui o nosso autor procura saber quais as consequências destas mudanças em termos de mobilidade social intergeracional, e constrói um modelo de simulação com esse fim.

O modelo gera processos repartidos ao longo do tempo em que indivíduos de diversas origens sociais obtêm níveis de escolaridade diversos, com os quais competem por posições sociais. Origens e posições sociais são categorizadas da mesma maneira, o que irá permitir a construção de tabelas de mobilidade intergeracional em diferentes momentos do processo de conjunto. Uma condição de funcionamento do modelo corresponde à modelização, fundada na pesquisa empírica, das decisões tomadas pelos indivíduos e famílias quanto à sua escolaridade. Este axioma do modelo imprime uma determinada progressão às oportunidades escolares segundo as origens sociais concordante com os processos reais. Outra condição do modelo é particularmente relevante: a estrutura social mantém-se inalterada. Isso equivale, juntamente com a invariabilidade das condições

demográficas do modelo, à anulação das causas estruturais da mobilidade social. Se esta mostrar portanto alterações ao longo do tempo estaremos perante um aumento da fluidez social, um progresso da «verdadeira» mobilidade, cuja responsabilidade deverá então necessariamente caber à expansão escolar. Boudon não sugere nem utiliza em nenhum momento esta noção de fluidez social, mas ela está implicitamente presente na sua proposta.

Foram efectuados pelo autor quatro cortes sincrónicos no funcionamento do modelo ao longo do tempo, do ponto de vista da mobilidade intergeracional, o que permitiu construir as correspondentes tabelas. A comparação destas mostrou não haver diferenças de relevo: se é possível falar de alguma evolução da mobilidade, ela foi de fraquíssima amplitude e, além disso, sem direcção definida. Repare-se que este resultado é tanto mais significativo quanto o autor não incluiu no modelo uma influência directa da origem social sobre o destino social, que tem recebido prova empírica universal. No modelo essa influência é inteiramente mediada pela educação. Por outras palavras, apesar da realidade simulada pelo autor estar mais próxima dos ideais universalistas do que a realidade, a simulação mostra que isso não tem influência no destino dos indivíduos.

Um pouco depois da publicação do trabalho de Boudon ocorreu uma importante inovação metodológica no estudo da mobilidade social. Ela consistiu na utilização de modelos estatísticos *log-lineares* na análise dos dados dos inquéritos. Estes modelos destinam-se a variáveis nominais, e são por isso particularmente apropriados para as tabelas de mobilidade intergeracional. Sobretudo possuem uma surpreendente propriedade: geram padrões de associação (devidamente quantificados) entre as várias categorias das variáveis de uma tabela de contingência que são independentes dos totais marginais. Para o perceber melhor refira-se o seguinte: se multiplicarmos uma linha ou uma coluna de uma tabela por um mesmo número positivo (o que altera os totais marginais) os valores daqueles padrões não se alteram. Isto permite neutralizar a acção das causas estruturais da mobilidade. Numa tabela de mobilidade os totais marginais correspondem às distribuições das estruturas sociais de pais e filhos. Logo, os padrões de associação obtidos por um modelo *log-linear* não repercutem a deformação da estrutura social de uma geração para a outra.

Hauser e Featherman (1977: 143-67) foram os primeiros a utilizar esta metodologia. A partir dos dados do inquérito americano à mobilidade de 1962 (amostra nacional, $n = 17\ 200$, 12 categorias de origem e de destino) dividiram a amostra em cinco cortes sucessivas e para cada uma delas construíram as tabelas com a posição dos pais e a primeira posição dos filhos. Estamos assim em presença de três variáveis: a ori-

gem e o destino social e o tempo, representado pelas coortes. O modelo testado postulava que ao longo do tempo havia transformação nas estruturas sociais de origem e de destino mas que, e independentemente dessas transformações, não se registavam alterações nos padrões de associação entre origens e destinos. O teste mostrou que o modelo se ajustava aos dados. O procedimento foi repetido, com idêntico resultado, a partir dos inquéritos americanos de 1947, 1952, 1957, 1962 e 1972, embora utilizando apenas 3 categorias de origem e de destino (e sendo aqui o tempo representado pelos dados dos inquéritos, em vez dos dados das coortes do mesmo inquérito). No seu estudo sobre a mobilidade social na Grã-Bretanha Goldthorpe (1987: 78-85) aplicou o mesmo modelo aos dados dos inquéritos nacionais de 1972 e 1983 e uma vez mais foram confirmadas as condições do modelo. Mesmo procedimento ainda para o inquérito de 1975 sobre o Japão (Ishida, 1993: 195-200), mas desta vez o teste revela uma diferença estatisticamente significativa entre os dados observados e os dados gerados pelo modelo. Todavia, é uma diferença pequena, revelando uma flutuação moderada da fluidez social.

A proximidade entre estes resultados e a predição do modelo de Boudon parece-nos evidente. A importância crescente da educação escolar pode com efeito considerar-se um factor de primeiro plano, se não mesmo o principal factor, que poderia gerar mais fluidez social nas nossas sociedades. Ora em qualquer arco temporal abarcado pelos inquéritos acabados de referir estão incluídos fenómenos de expansão escolar que, tal como em Boudon, não têm as consequências esperadas. O que não deixa de causar surpresa é o facto de nada disto ser referido pelos próprios autores, a começar por Raymond Boudon, de todos certamente o mais interessado em fazê-lo. No prefácio a uma das reedições francesas do seu trabalho (Boudon 1984) e no corpo da obra nada é dito sobre o procedimento e os resultados de Hauser e Featherman - a primeira confirmação empírica do que Boudon previra a partir da simulação de processos.

Individualismo, individualismos: entre a mudança social e a mudança cultural

O facto de a educação escolar ter afinal um papel reduzido ou insignificante na alteração dos fluxos de mobilidade é de considerável importância para a caracterização da mudança social nas nossas sociedades. Os valores de realização difundiram-se e, com eles, o jogo da competição social, que tem nomeadamente exercido uma formidável pressão sobre as

instituições educativas - instituições universalistas por excelência - expandindo-as a uma escala impensável a uma distância de poucas décadas. Isto significa que o espaço da competição se alargou enormemente, reunindo hoje instituições económicas e instituições educativas, e não estando já, como outrora, sobretudo polarizado nas primeiras. As instituições educativas são por isso hoje um factor crucial de regulação integradora e o Ministério da Educação é seguramente dos mais políticos, senão mesmo o mais político dos ministérios.

Tocqueville (1968: 357-8) já percebera que a difusão das ideologias igualitárias, correlativa da emergência de importantes segmentos da estrutura social onde «as condições se tornam mais iguais» tornavam imperioso o desenvolvimento de instituições reguladoras da competição, que para ele, eram antes de mais as instituições judiciárias. A prescrição de Tocqueville tem obviamente a ver com características da época, mas, no seu princípio, a intuição do autor revela-se plenamente certa e actual, porque convida a reflectir sobre o tipo de regulação mais adequado a cada contexto.

Num estudo empírico metodologicamente inovador (Shapiro e Dawson 1972: 179-82) mostrou-se por exemplo como o carácter ilegítimo aos olhos dos burgueses das instituições francesas de enobrecimento foi uma das causas da sua radicalização política. Quando os valores da constelação *universalism/achievement* se implantaram definitivamente e em larga escala não há dúvida que as instituições educativas são altamente integradoras. Estão abertas a todos (veja-se aqui o papel da gratuidade do ensino e da densificação territorial das redes escolares) e, por outro lado, as suas sanções possuem um teor de legitimidade bastante elevado. Isto porque são no essencial experienciadas como tendo por objecto propriedades dos actores irredutíveis à herança social, incluindo as propriedades inatas. Talcott Parsons (1965) viu muito bem como poderiam ser largamente positivas, numa perspectiva de regulação e integração, as consequências da educação junto aos perdedores da corrida, quando a corrida tende a generalizar-se.

Perdedores da corrida que, por definição, são os que em algum segmento dos seus itinerários nela «investiram». E aqui coloca-se o problema da relação que se estabelece entre as oportunidades oferecidas objectivamente e o número dos que se empenham no jogo competitivo. É inevitável referir então a análise de Tocqueville (1967: 278) sobre os efeitos da prosperidade na formação das aspirações sociais: um povo que outrora suportou pacientemente uma condição opressiva, passa a rejeitá-la violentamente a partir do momento em que ela regride: «(...) é certo que o mal se torna menor, mas a sensibilidade também se tornou mais

viva». O aumento da mobilidade ascendente tem um efeito de demonstração que contribui para elevar as aspirações sociais. A questão está em saber até que ponto o suplemento de aspirações poderá ser satisfeito.

Cerca de um século depois de Tocqueville vemos os sociólogos discutir um resultado surpreendente do inquérito realizado ao exército dos EUA durante a última guerra mundial: na polícia militar, onde as promoções são raras, existe uma razoável satisfação com o sistema das promoções, enquanto na aviação, onde as promoções são mais frequentes, a insatisfação é a regra. Assim, se as oportunidades de mobilidade ascendente são maiores cada qual tende a estar mais descontente com o seu destino social.

Raymond Boudon (1977: 133-55) tentou explicar o paradoxo desenvolvendo um modelo baseado na teoria dos jogos. De acordo com o modelo os actores têm a percepção das oportunidades que se lhes oferecem e, em função destas e da relação entre os custos e os benefícios esperados da aposta, investem (apostam) ou não na sua promoção. À medida que as oportunidades se elevam cada qual revê as suas estimativas de custos/benefícios. Eleva-se deste modo igualmente o número de apostadores - mas a um ritmo mais elevado do que as oportunidades - e assim cresce inevitavelmente a proporção de insatisfeitos. A partir de um certo limiar das oportunidades há uma reversão da tendência, ou seja, um declínio da taxa de insatisfeitos. No entanto o limiar em questão é bastante elevado e a partir dele o declínio da insatisfação tem lugar menos rapidamente do que o seu aumento anterior.

O modelo sugere que se exceptuarmos as raras situações, após os meados dos anos 70, de muito rápida deformação da estrutura social (com aumento da proporção das posições desejáveis), a relação entre as esperanças e as oportunidades de mobilidade ascendente deve aproximar-se da imagem fornecida por Tocqueville e pelos resultados do trabalho sobre o *American Soldier*. Isto significa que provavelmente nunca foi tão elevado como agora o volume das energias mobilizadas e da insatisfação produzidas nos diversos jogos da competição social. Veja-se como a massificação escolar é acompanhada de um considerável alongamento dos investimentos educativos orientados para as posições medianas da estrutura social, ao mesmo tempo que se intensifica a competição pelos estabelecimentos e cursos mais vantajosos no ensino superior. Pierre Bourdieu e Patrick Champagne (1993) deram-nos uma sugestiva imagem da escola de massas do nosso tempo, que multiplica os espaços de exclusão no interior de si própria, à imagem do que se passa nos diversos campos sociais. Tudo isto vai a par de uma crescente precarização das situações de emprego, incitando em muitos casos a investimentos profis-

sionais agora largamente orientados para a redução do risco, mas que há não muito tempo teriam uma natureza promocional.

Após o trabalho pioneiro de Pitirim A. Sorokin sobre a mobilidade, publicado em 1927, será necessário esperar pelo pós-guerra para mobilizar os sociólogos em volta do tema. A crise dos anos 30 tinha sido desalentadora, gerando a convicção de que se tinha evoluído de novo para o avanço da adscrição estatutária (Cuin, 1993: 52-4).

Foram as transformações dos anos 50 e 60 que trouxeram consigo as motivações e o entusiasmo pelo estudo da mobilidade. Uma tão pronunciada sensibilidade dos sociólogos ao ambiente social da sua época, ao *air du temps*, leva inevitavelmente a pensar que o campo científico da sociologia tem uma autonomia mais reduzida da que os sociólogos espontaneamente admitiriam. O actual desinteresse pela mobilidade e pelas classes sociais tem certamente muito a ver com o pouco risonho estádio actual das relações entre as esperanças e as oportunidades de mobilidade ascendente que, por outro lado, se tem revelado destruturador das classes, como o testemunha por exemplo o recuo, embora desigual, do sindicalismo (Agache, 1993; Lima, 1992). Realiza-se deste modo, mas pela negativa, o que alguns tinham esperado de um teor elevado de satisfação daquelas esperanças.

A tendência em direcção ao individualismo é um movimento de longo termo na civilização ocidental, frequentemente pautado pela ambiguidade e pela contradição, como mostrou Louis Dumont (1983) numa perspectiva de antropologia histórica. Mas a intensidade e a amplitude das lutas de competição, a relação entre as energias dispendidas e os seus resultados nos itinerários e nos balanços de vida individuais, constituem certamente um dos factores recentes que lhe deram um novo e poderoso impulso.

Para Gilles Lipovetsky (1988) um passo anterior fora dado pelo aparecimento do consumo de massas nos EUA pelos anos 20, a partir do qual se assiste à difusão do hedonismo, até aí confinado a minorias. Todavia, os valores individualistas ainda permanecem por um largo período de certo modo tutelados, limitados por enquadramentos e valores institucionais (incluindo os contestatários) transcendendo a esfera da plena afirmação individual. Mais recentemente, no espaço de uma ou duas décadas, as referências transcendentais recuaram, ou ruíram, dando lugar a formas hedonistas e narcísicas, particularmente acabadas, de individualismo. Doravante cada qual se vira para si próprio, não no sentido solipsista, mas no de uma soberana, consciente e informada administração da sua idiossincrasia, de descoberta da própria verdade, construindo-a num ambiente cultural em que o pluralismo de modelos e de opções ganha

crescente legitimidade. Isso é bem espelhado por exemplo pelas formas recentes de consumo de massas, centradas numa extrema diversidade que, longe de reduzir à passividade, permitem a cada um fabricar e compor o seu próprio estilo.

Como Louis Dumont, Norbert Elias (1993) traça uma larga pintura dos progressos do individualismo, marcantes desde o Renascimento, a partir do qual os equilíbrios entre as identidades do Nós e do Eu se deslocam a favor do Eu, em detrimento das diversas formas (local, tribal, familiar ...) de preponderância do Nós. Elias apoia-se largamente na ideia de que é em virtude da regulação psíquica do comportamento humano que existem as estruturas sociais, e que, por conseguinte, a mudança nas estruturas sociais acarreta uma mudança na auto-regulação psíquica dos actores. Também para ele os indivíduos são actualmente confrontados com um crescente número de alternativas, que devem gerir, e muito mais entregues a si do que pelo passado.

Ao contrário de Dumont e Lipovetsky, que o ignoram totalmente, Elias insiste na realidade de um quadro de competição social marcado pela discrepância entre as oportunidades e as aspirações, entre as formas de socialização (como a escolar) que alargam os horizontes, apelam a múltiplas facetas das personalidades, incitando à realização de idiosincrasias, e que depois permanecem irrealizadas em larga escala, e em larga medida para cada um. Por outro lado, muitas das formas de relacionamento interpessoal, incluindo as familiares, têm hoje um carácter facultativo e revogável e são objecto de uma permanente e prudente gestão, impondo quadros de interacção com «uma diminuição da espontaneidade no agir e no falar» (*Idem*: 228).

Para Anthony Giddens (1993;1995), com o recuo dos contextos pré-modernos em que se construía a confiança nas relações interpessoais, essa confiança deixa de ter um forte enquadramento institucional e passa a ser um projecto, comum às partes envolvidas, que exige grande abertura de parte a parte. Isto vai à par de uma descoberta de si que se torna ela mesma um projecto. O *self* é hoje um projecto reflexivo, uma interrogação permanente sobre a auto-identidade, muito investida em particular nas relações eróticas, definitivamente libertas das suas ligações ancestrais com a reprodução. Segundo Giddens, as transformações da intimidade aqui implicadas, ao colocar no primeiro plano os afectos e a realização emocional no quadro de relações interpessoais igualitárias, encerram grandes virtualidades de transformação, num sentido democratizante, do conjunto das instituições.

A referência a estes autores sugere a actualidade que pode ter uma vertente do estudo das classes e da mobilidade social ligando de maneira

eventualmente fecunda transformações como as que têm ocorrido mais recentemente em termos de mobilidade social com as suas consequências culturais e até, como o quer Giddens, o impacto duradouro que estas últimas podem ter por sua vez nas estruturas sociais.

Não é só a competição social que constitui um dos factores da individualização, pelo trabalho sobre si próprio que implica, de transformação e de acumulação de recursos. A renúncia ou a desistência da competição, ou a relativa indiferença face a ela, também podem ser em certos casos eventualmente estruturantes e individualizantes, através de atitudes e práticas positivas de composição de estilos pessoais, à volta de valores alternativos aos do mundo económico, nomeadamente. As imagens traçadas por Elias e por Giddens das relações interpessoais têm em comum uma dinâmica de permanente invenção, mas contrastam drasticamente na sua tonalidade, sombria no primeiro caso, esperançosa no segundo.

Nenhum destes autores faz qualquer referência aos trabalhos dos sociólogos da mobilidade social dos anos 50 e 60. Isso compreende-se em Lipovetsky, dada a sua cultura filosófica e a natureza francamente ensaísta da sua proposta, mas admite-se menos facilmente nos outros, sobretudo em Giddens e Elias.

A ideia que se desprendia do ascenso dos valores universalistas e de realização pessoal era a do reforço da importância de um actor individualista, voltado para a ascensão social, capaz de diferir as satisfações imediatas e de sacrificar assim talvez uma parte de si, mas ao mesmo tempo ofensivo e optimista, aberto ao futuro. Já a nova economia psicológica ligada a um novo estádio (que procurámos caracterizar) da competição social aponta para um actor descrente e desencantado, orientado para investimentos nos quais as componentes ofensiva e defensiva se apresentam com fronteiras muito mais indistintas, um actor pouco disponível para o lado afectivo da existência. Mas poderia apontar igualmente para o actor de Giddens e de Lipovetsky, cultor e em busca de si próprio e da sua afectividade, voltado para os novos valores da vida pessoal e relacional.

Três perfis do actor empírico, portanto, esboçados sem grande preocupação de sistematicidade, mas em relação aos quais não existe à partida nenhuma razão para crer que não possam coexistir lado a lado, uma vez que tudo indica a sua correspondência com tipos amplos e consistentes de experiência social presentes nas nossas sociedades. Mas só os resultados da pesquisa empírica o poderão decidir, se ela for devidamente informada por este e outros enfoques semelhantes e complementares.

Bibliografia

- AGACHE, Christine (1993), *Les Identités Professionnelles et Leur Transformation. Le Cas de la Sidérurgie*, Paris, L'Harmattan;
- ALMEIDA, João Ferreira (1986), *Classes Sociais nos Campos. Camponeses Parciais Numa Região do Noroeste*, Lisboa, ICS;
- BERTAUX, Daniel (1969), "Sur l'analyse des tables de mobilité sociale", *Revue Française de Sociologie*, X, nº 4;
- BERTAUX, Daniel (1978), *Destinos Pessoais e Estrutura de Classe*, Lisboa, Moraes;
- BLAU, Peter M. e DUNCAN, Otis D. (1978), *The American Occupational Structure*, N. Iorque, The Free Press (1ª ed. 1967);
- BOUDON, Raymond (1973 a), *L'Inégalité des Chances. La Mobilité Sociale dans les Sociétés Industrielles*, Paris, A. Colin;
- BOUDON, Raymond (1973 b), *Mathematical Structures of Social Mobility*, Amsterdão, Elsevier;
- BOUDON, Raymond (1977), *Effets Pervers et Ordre Social*, Paris, PUF;
- BOUDON, Raymond (1984), *L'Inégalité des Chances. La Mobilité Sociale dans les Sociétés Industrielles*, Paris, A. Colin (nova edição comentada);
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*, Paris, Minuit;
- BOURDIEU, Pierre, Champagne, Patrick (1993), "Les exclus de l'intérieur", in P. Bourdieu (coord.), *La Misère du Monde*, Paris, Seuil;
- BREIGER, Ronald L. (1990) (org.), *Social Mobility and Social Structure*, Cambridge, Cambridge University Press;
- BRIAND, Jean-Pierre e CHAPOULIE, Jean-Michel (1985), *Les Classes Sociales. Principes d'Analyse et Données Empiriques*, Paris, Hatier;
- COSTA, António Firmino (1985), "Espaços urbanos e espaços rurais: um xadrez em dois tabuleiros", *Análise Social*, nº 87-88-89;
- COSTA, António Firmino (1987), "Novos contributos para velhas questões na teoria das classes sociais", *Análise Social*, nº 98;
- CUIN, Charles-Henry (1993), *Les Sociologues et la Mobilité Sociale*, Paris, PUF;
- DAHRENDORF, Ralph (1976), *Class and Class Conflict in Industrial Society*, Londres, Routledge and Kegan Paul;
- DUMONT, Louis (1983), *Essais sur l'Individualisme. Une Perspective Anthropologique sur l'Idéologie Moderne*, Paris, Seuil;
- ELIAS, Norbert (1993), *A Sociedade dos Indivíduos*, Lisboa, D. Quixote;
- GIDDENS, Anthony (1974), *The Class Structure of the Advanced Societies*, Londres, Hutchinson;
- GIDDENS, Anthony (1992), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- GIDDENS, Anthony (1995), *Transformações da Intimidade. Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*, Oeiras, Celta Editora;
- GOLDTHORPE, John H. e outros (1987), *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*, Oxford, Clarendon Press;
- GRÁCIO, Sérgio (1994), "Procura de ensino superior pelos estudantes", in Gago, José Mariano (coord.), *Prospectiva do Ensino Superior em Portugal*, Lisboa, ME, DEPGEF;
- GRÁCIO, Sérgio (1996), "Discutindo a teoria do capital humano. Uma análise da valorização da educação pelas empresas em Portugal (1982-1993)", in *Actas do Colóquio Formação, Saberes Profissionais e Situações de Trabalho*, Lisboa, FPCE e AFIRSE;
- HAUSER, Robert M e Featherman, David L. (1977), *The Process of Stratification. Trends and Analysis*. N. Iorque, Academic Press;
- HAVIGHURST, Robert J. (1965), Education and Social Mobility in Four Societies, in Floud, J. e Anderson, C. A. (org.), *Education, Economy and Society. A Reader in the Sociology of Education*, N. Iorque, The Free Press;

- ISHIDA, Iroshi (1993), *Social Mobility in Contemporary Japan*, Stanford, Stanford University Press.
- JENCKS, Christopher (1990), What is the True Rate of Social Mobility? in BREIGER, Ronald L. (org.), *Social Mobility and Social Structure*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LIMA, Marinús Pires de, e outros (1992), *A Acção Sindical e o Desenvolvimento*, Lisboa, Salamandra.
- LIPOVETSKY, Gilles (1988), *A Era do Vazio. Ensaio Sobre o Individualismo Contemporâneo*, Lisboa, Relógio d'Água;
- LIPSET, Seymour M. e Zetterberg, Hans (1966), "A Theory of Social Mobility", in BENDIX, Reinhard e Lipset, S. M., *Class, Status and Power. Social Stratification in Comparative Perspective*, N. Iorque, The Free Press;
- MIZRUCHI, Ephraim H. (1976), "Social Class and Social Values", in Abrahamson, Karl e outros (org.), *Stratification and Mobility*, N. Iorque, Macmillan;
- PARSONS, Talcott (1964), *The Social System*, N. Iorque, The Free Press (1ª ed. 1951);
- PARSONS, Talcott (1965), "The School Class as a Social System", in FLOUD, J. e ANDERSON C. A. (org.), *Education, Economy and Society. A Reader in the Sociology of Education*, N. Iorque, The Free Press;
- PINTO, José Madureira (1993), "Discurso do Presidente da Associação Portuguesa de Sociologia", *Actas do II Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Fragmentos;
- POULANTZAS, Nicos (1974), *Les Classes Sociales dans le Capitalisme Aujourd'hui*, Paris, Seuil;
- SARRE, Philip (1989), "Recomposition of the class structure", in CHRIS Hammet (org.), *Restructuring Britain. The Changing Social Structure*, Londres, Sage Publications;
- SHAPIRO, Gilbert e DAWSON, Philip (1972), "Social mobility and political radicalism: the case of the french revolution of 1789", in Aydelotte, William J. e outros (org.), *The Dimensions of Quantitative Research in History*, Princeton, Princeton University Press;
- SHUMPETER, Joseph (1984), "Les classes sociales en milieu ethnique homogène", in SHUMPETER, J., *Impérialisme et Classes Sociales*, Paris, Flammarion (1ª ed. 1927);
- THÉLOT, Claude (1982), *Tel Père, Tel Fils?, Position Sociale et Origine Familiale*, Paris, Dunod;
- THOM, René (1985), *Parábolas e Catástrofes*, Lisboa, D. Quixote;
- VIEIRA, Maria Manuel (1993), "Elites? Classes superiores? Classes dominantes? Reflexões em torno de conceitos", *Actas do II Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Fragmentos;
- WEBER, Max (1966), "Class, Status and Party", in BENDIX, R. e LIPSET, S. M., *Class, Status and Power*, N. Iorque, The Free Press;